

## A OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA E O DESENCANTAMENTO DO SEU ESPAÇO NATURAL

Nábila Raiana Magno Pimentel  
Email: [nabilaraiana@hotmail.com](mailto:nabilaraiana@hotmail.com)  
Universidade Federal de Rondônia (UNIR) <sup>1</sup>

“Clarisse, cidade gloriosa, tem uma história atribulada. Diversas vezes decaiu e refloresceu, mantendo sempre a primeira Clarisse como inigualável modelo de todos os esplendores, a qual, comparada com o atual estado da cidade, não deixa de suscitar suspiros a cada giro de estrelas” <sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo tem por objetivo discutir a relação que se estabeleceu entre as formas de colonização da Amazônia e o impacto negativo e devastador sobre o modo de ser do homem amazônico, sobretudo no âmbito cultural. Para isto, faz-se necessária as obras de Cardoso (1978), Loureiro (1994), Gondim (1994), dentre outros autores.

### PALAVRAS-CHAVE:

Amazônia; Ocupação; Ciclos econômicos; Cultura amazônica.

### ABSTRACT

This article aims to discuss the relationship established between the forms of colonization of the Amazon and the negative and devastating on the mode of being of the Amazon people, especially in the cultural sphere. For this, it is necessary the works of Cardoso (1978), Loureiro (1994), Gondim (1994), among other authors.

### KEY-WORDS:

---

<sup>1</sup> Licenciada e bacharel em História pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Discente do Programa de Mestrado em História e Estudos Culturais, da UNIR. Bolsista CAPES. Professora da Rede Municipal de Ensino de Porto Velho – RO.

<sup>2</sup> CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Rio de Janeiro: O Globo; São Paulo: Folha de S. Paulo, 2003. Pág. 102.

Amazônia; Occupation; Economic cycles; Amazon culture.

## INTRODUÇÃO

Desde o século XVI, a construção discursiva sobre o Brasil e a Amazônia é feita a partir da literatura e iconografia de viagem, que ao longo dos séculos seguintes serviram de subsídio a intervenções políticas, econômicas, filosóficas, morais, etc. A presença da Amazônia na literatura remete ao momento chamado de Crônicas de Viagem, que nas palavras de Lévy-Strauss, representam “*cofres mágicos cheios de devaneios*” (1995, p. 36)<sup>3</sup>, ocasião no qual os primeiros exploradores “saem” em busca de conhecer e classificar o chamado Novo Mundo, que de algum modo precisa ser interpretado e transmitido ao público europeu. Com o início do processo da expansão da colônia portuguesa e espanhola, a Amazônia se torna alvo das expedições de reconhecimento e exploração.

Para Gondim (1994), a Amazônia foi sequer descoberta ou construída – foi inventada:

“Contrariamente ao que possa supor a Amazônia não foi descoberta, sequer foi construída; na realidade, a invenção da Amazônia se dá a partir da construção da Índia, fabricada pela historiografia greco-romana, pelo relato dos peregrinos, missionários, viajantes e comerciantes” (GONDIM, 1994, p. 09).

O primeiro relato de viagem de que se tem notícia, escrito por um europeu sobre o Rio Amazonas, data de 1541-2, e foi escrito por Gaspar de Carvajal<sup>4</sup>, frei dominicano, expedicionário que estava às ordens de Francisco de Orellana, governador da cidade de Santiago de Guayaquil (GONDIM, 1994). Já em 1637, a mando de Portugal, durante a União Ibérica, a equipe expedicionária chefiada por Pedro Teixeira, tem por cronista Alonso de Rojas, que em seu relato “*Descobrimento do Rio Amazonas*”, apresenta dados técnicos sobre a região às margens do grande rio, e chega ao ponto de praticamente cristianizar o mesmo:

---

<sup>3</sup> LÉVY-SATRAUSS, Claude. **Tristes trópicos**. Paris: Plon, 1995. Pág. 36.

<sup>4</sup> Texto de Carvajal tem por título “*Relación Del Nuevo Descubrimiento Del Famoso Rio Grande de las Amazonas*”

“a nascente do rio, a sinuosidade de seu traçado, as vastas e populosas regiões que atravessa sua riqueza mineral e vegetal formam um conjunto de maravilhas as quais, de tão perfeitas, só poderiam ter sido criadas por Deus especialmente para o usufruto dos padres de São Francisco de Quito” (GONDIM, 1994, p. 89).

É possível perceber que desde os primeiros contatos do homem europeu com a Amazônia, há a intenção de tornar tudo traduzível para uma necessidade externa. Em nenhum momento é levado em conta o fator nativo enquanto singularidade. Desde o início, a Amazônia e seus habitantes servem apenas aos interesses das metrópoles portuguesas e espanholas.

Com esse início de relação entre América e Europa, em especial na Amazônia, tem-se também o começo de uma relação unilateral, na qual os primeiros a serem prejudicados de forma quase que irreversível na forma de genocídio, foram as etnias indígenas, que pagaram o preço da empreitada mercantilista, como mão-de-obra, como se verá a seguir. Para Souza (2009), uma relação harmoniosa desde sempre foi impossível:

“Milênios de formação cultural desenvolvida no trato da selva tropical separavam os povos indígenas dos europeus. Por isso, o contato jamais seria pacífico e uma co-existência bem sucedida se tornaria impraticável em terras amazônicas. O fato de as sociedades indígenas transitarem satisfatoriamente pela região, obrigando o branco europeu a acatá-las em seus métodos de sobrevivência e trato com a realidade, já era um ultraje inconsciente para o cristão civilizado” (SOUZA, 2009, p. 79).

Então, é possível iniciar esta reflexão percebendo os limites que inicialmente são impostos a Amazônia e na forma de tratar seus habitantes. Esta postura de negar a singularidade do outro, perdurará até os dias de hoje, como se verá mais a frente:

“As crônicas dos primeiros viajantes são de escrupulosa sobriedade em relação aos sofrimentos dos índios. Por meio desses escritos instala-se, para sempre, a incapacidade de reconhecer o índio em sua alteridade. Negaram ao índio o direito de ser índio. Ele, o selvagem, vai pagar um alto preço pela sua participação na Comunhão dos Santos. E com o seqüestro da alteridade do índio, ficou seqüestrada também a Amazônia (SOUZA, 2009, p. 81).

Com o presente artigo, pretende-se fazer uma reflexão acerca do impacto dos variados períodos de colonizações feitas na Amazônia sobre seus habitantes – ou como Loureiro (1994) analisa em sua tese – o homem amazônico. Longe deste

artigo a intenção de retornar a um determinismo geográfico, mas de refletir sobre a relação social e cultural do homem amazônico com as transformações econômicas ocorridas ao longo do século XX, em especial, a partir das décadas de 1960.

## **OS DEVISSAMENTOS DA AMAZÔNIA**

A história econômica da Amazônia pode ser dividida em quatro grandes períodos que o sociólogo Fernando Henrique Cardoso (1978) chamou de devassamentos.

O primeiro devassamento remonta ao período no qual a Colônia Portuguesa procurou compensar a empreitada mercantilista na América investindo na busca pelas drogas do sertão, a partir do século XVII e se prolonga até o XVIII:

“O primeiro devassamento foi o da floresta tropical situada ao longo dos rios, furos, lagos e canais navegáveis. Buscavam-se as drogas do sertão, utilizáveis na alimentação, condimentação, construção naval e na farmacopéia da Europa Ocidental” (CARDOSO, 1978, p. 17).

Em seguida, já no final do século XIX e início do século XX, a Amazônia volta a ser o alvo da economia internacional, agora como fornecedora de matéria-prima para a indústria norte-americana e européia, compondo aquilo que ficou conhecido como período gomífero, ou “ciclo da borracha”.

No século XX, nas décadas de 1920 e 30, inicia-se o terceiro devassamento, caracterizado pela “invasão das frentes pioneiras agropecuárias e mineral, que penetram através dos enormes vãos das organizações extrativistas de látex e de castanha. Ao lado dos empregados semi-escravizados dessas organizações, aparecem sitiantes, fazendeiros, novos empregados e garimpeiros” (CARDOSO, 1978, p. 18).

O quarto, e último devassamento, se dá a partir da década de 1960, quando da abertura das estradas que ligam a Amazônia ao restante do país:

“durante os anos 60, com o início da abertura de estradas para a Amazônia e ligações internas à região, intensifica-se sobremaneira a penetração das

frentes pioneiras; agora não mais oriundas do nordeste e do Maranhão, mas também do sul, via Belém-Brasília, e, por caminhos naturais, via Mato Grosso para Rondônia e Acre e sudoeste do Amazonas” (CARDOSO, 1978, p. 18).

Este devassamento é o mais significativo aos objetivos deste artigo, pois se considera que a partir deste, com a inserção da Amazônia ao mercado nacional e internacional aos moldes capitalistas, é que se viverá um dos momentos mais dramáticos tanto para a Natureza quanto ao Homem amazônico, este último sendo condenado à perda de sua identidade.

Entende-se por Amazônia a área que corresponde basicamente a Região Norte (cerca de 49% do território brasileiro), que compreende os Estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, e Tocantins, ou a área Ocidental da Amazônia Internacional.

De acordo com cada período econômico, tem-se um tipo de ocupação da Amazônia. No século XVII e XVIII, levas de portugueses partem do nordeste da colônia, principalmente de Salvador e Recife, para afastarem a presença de outros europeus concorrentes, tais como os ingleses, holandeses e franceses, que viam nas drogas do sertão (canela, cravo, anil, cacau, raízes aromáticas, sementes oleaginosas, madeiras, salsaparrilha, etc.) uma forma de ganho e exportação. Desse modo, a Amazônia e seus produtos apenas se inserem no contexto mercantilista enquanto:

“A retaguarda econômica da metrópole e integrava-se como peça na acumulação primitiva européia, ou seja, integrava-se como componente da expropriação que priva a grande massa do povo da terra e dos meios de vida e instrumentos de trabalho” (CARDOSO, 1978, p. 20-21).

Deste modo de inserção é que surge o caráter apenas exploratório e predatório de colonizar a Amazônia, ou nas palavras de Cardoso “caráter comercial e capitalista da ocupação” (1978, p. 21), sem propiciar para seus habitantes uma qualidade de vida compatível com aquilo que era produzido ali, ou com o nível de seus trabalhos.

O elemento de mão-de-obra nativa neste primeiro momento da história colonial amazônica foi o índio, que serviu largamente para ser escravizados e conduzidas às mais diversas formas de utilização de sua força de trabalho, como na

produção do açúcar, coleta das drogas do sertão e seu cultivo, dentre outros produtos cultivados. E por mais difícil que tenha sido a utilização do trabalho indígena aos moldes de produção escravista, a Igreja Católica conseguiu “driblar” a situação por meio da ação dos jesuítas e suas reduções e missões, que tinham por objetivo domesticar e catequizar os indígenas, e desta forma constituíram as primeiras formas de povoamento da Amazônia.

Quando se avança ao período gomífero da economia amazônica tem-se um elevado incremento na população local com a inserção da mão-de-obra nordestina, pois, dentre vários fatores, a região do Nordeste brasileiro enfrentou uma crise climática entre os anos de 1877 a 1880, que os “obriga” à migração, e também acabam se inserindo no sistema de relações de trabalho compulsório, que será uma das marcas do sistema econômico da Amazônia até o início da colonização recente. Somado a isso, há todo o sistema do seringal, tão bem descrito nas obras de Euclides da Cunha<sup>5</sup>. É a partir do ciclo da borracha que algumas características se afirmam na Amazônia e prevalecem até a atualidade: o sistema de aviamento; a existência de poucas, mas extensas, cidades; a oscilação entre as atividades agrícolas e o extrativismo, e a não formação de um mercado interno (CARDOSO, 1978).

Contudo, com o declínio da produção gomífera, há um abandono da região no que diz respeito a investimentos estrangeiros e até nacionais, restando para sua população local apenas o ônus econômico:

“Os interesses internacionais abandonavam a Amazônia após um controle de quase quarenta anos, em que a região desenvolveu-se apartada do restante do País, que a desconhecia e por ela não se interessava, salvo na hora de recolher os impostos e as divisas geradas pela goma elástica” (LOUREIRO, 2008, p. 99).

É interessante observar que após o fim do período da busca pelas drogas do sertão, que empregava de forma escrava e semiescrava mão-de-obra indígena, tem-

---

<sup>5</sup> Um paraíso perdido: reunião de ensaios amazônicos/Euclides da Cunha. Seleção e coordenação de Hildon Rocha. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. 393 p. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/sf000064.pdf>

se o incremento populacional com a presença majoritária do nordestino. O que pode fazer pensar na heterogeneidade do homem amazônico:

“A batalha da borracha encontra novamente no nordeste a fonte de mão-de-obra; e mais uma vez, como ocorreu antes, como em 1977-80, uma severa e prolongada seca, a de 1942, atua como elemento de propulsão vital. Desta situação resultou uma imigração basicamente familiar; e em que pesem os gastos elevados em transporte etc., essa espécie de imigração tinha o sentido claro de diminuir as chances de retorno, para garantir mão-de-obra.” (CARDOSO, 1978, p. 40).

A citação é uma síntese que expressa o movimento de ocupação efetiva da Amazônia, a partir da visão dos colonizadores, pois não se deve em qualquer momento da história se esquecer da já presença de variadas etnias indígenas, há centenas de anos antes da chegada dos portugueses, e da variada e complexa cultura e organização sociais aqui desenvolvidas por estas mesmas etnias:

“Os camponeses, garimpeiros, seringueiros, lenhadores, sitiantes, etc. desempenharam seu papel: levaram para os confins amazônicos a população exigida pelas atividades mercantis atualmente em implantação, dos empresários nacionais e estrangeiros; mostraram a possibilidade de se viver naqueles confins: passaram facão, foice, machado, plantaram, colheram e se aclimataram. Foi o devassamento da frentes pioneiras. Limpo o terreno, a história muda: de colonizadores passam a colonizados. Convencidos pela violência, servem ao novo devassamento. A violência, para espanto dos estudiosos de encomenda, é aqui uma potência econômica, pois abre caminho ao desenvolvimento, à acumulação.” (CARDOSO, 1978, p. 51).

E é sobre essa violência, que se inicia desde os mil e quinhentos, quando da chegados dos europeus por estas terras ditas brasileiras, que se embasam as populações que fizeram o povoamento da Amazônia.

## **A AMAZÔNIA ENQUANTO LUGAR ENCANTADO**

Para Loureiro (1994), a Amazônia, e, por conseguinte, sua cultura, possui uma esteticidade dominante. Esteticidade essa que “tem padecido de uma espécie de incompreensão e confinamento similar ao de todas as histórias de amor e

perdição” (1994, p. 14). Em sua tese de doutoramento<sup>6</sup>, o autor avalia o impacto da forma de desenvolvimento aplicado à região na cultura amazônica e em sua esteticidade:

“Neste estudo da cultura amazônica, leva-se em conta uma cultura presente na atualidade regional, num momento em que os homens ainda não se separaram da natureza, onde perdura ainda uma harmonia mesmo entrelaçada de perigos, e se vive em um mundo que ainda não foi dessacralizado; onde o coração vive ardoroso do espírito e onde brota ainda aquele leite e mel das sagradas origens” (LOUREIRO, 1994, p. 16).

Nesta passagem, nos deparamos com a ideia ainda de que a Amazônia, mesmo com os séculos de ocupação predatória, ainda carrega em si algo de sagrado, de mítico – sua própria cultura, o próprio modo de ser amazônico, que por sua vez, é estritamente ligado, dependente da própria natureza que o circunda. Esse modo de ser se caracteriza pela relação íntima com o meio natural, ou nas palavras de Loureiro:

“O que se percebe é que as circunstâncias da vida amazônica vêm regulando peculiares relações entre os homens e com o meio, tanto no que diz respeito aos fins práticos da produção, circulação e consumo, assim como vem dando origem a um processo predominantemente oralizado de transmissão cultural” (LOUREIRO, 1994, p. 57).

É nesse espaço carregado de significado para o caboclo, que a cultura amazônica encontra seu solo para existir. Pois aqui, o homem amazônico ainda não está diretamente pressionado pelas urgências e funcionalidades da sociedade capitalista, e por isso, pode recriar de acordo com seus signos próprios o mundo ao seu redor. É daí que persistem até hoje os mitos da floresta, como por exemplo, o Mapinguari, que seria um ser mítico protetor das florestas. Para o caboclo, o mapinguari não se apresenta como algo “inventado”, “falso”, mas como algo dado, real. A sua forma de ver a realidade não está impregnada de cientificismos e racionalismos. E a essa relação entre o caboclo e a natureza é que Loureiro chama de devaneio poetizante:

“Nessas condições, no âmbito de uma sociedade como a Amazônia, ainda sem as grandes pressões da sociedade de consumo e do utilitarismo funcional das sociedades contemporâneas, o homem encontra um lugar e

---

<sup>6</sup> Tese de Doutorado defendida na Paris V, Sorbonne, França, sob a orientação do Prof. Dr. Michel Maffesolli, em 1994.

um espaço tomados de uma forma peculiar que propiciam o devaneio poetizante” (LOUREIRO, 1994, p. 59).

O autor reforça ainda a ideia de “magia” que circunda a Amazônia quando afirma que mesmo em termos mais objetivos a região se constitui em um lugar de difícil delimitação, pois ao mesmo tempo em que é perto é longe, acessível e inacessível, causa estranhamento e admiração; é também um “bem único e universal impossível de ser recuperado, se destruído; riqueza de fauna e flora cujo desaparecimento representava uma perda insubstituível; acervo de formas de vida incalculáveis, como se ela fosse o fecundíssimo útero do universo” (LOUREIRO, 1994, p. 60).

Dessa intensa inter-relação entre homem e natureza surge o real-imaginário: seria uma realidade particular, na qual, não há uma separação entre o real e aquilo que se pensa sobre o real. Loureiro, para exemplificar, traz uma situação bem tipicamente amazônica: a questão da mãe solteira e da mulher casada que engravida sem a participação do marido. Para que a moral seja restabelecida nos dois casos, cria-se a explicação mítica: ambos são filhos do “boto” e rapidamente a situação fica esclarecida e aceita por todos. Ambas as mulheres de possíveis transgressoras da moral, passam a vítimas de um boto encantado, que se transforma em homem para seduzir as mulheres. Segundo o autor:

“Há, no mundo amazônico, a produção de uma verdadeira teogonia cotidiana. Revelando uma afetividade cósmica, o homem promove a conversão estetizante da realidade em signos, através dos labores do dia-a-dia, do diálogo com as marés, do companheirismo com as estrelas, da solidariedade dos ventos que impulsionam as velas, da paciente amizade dos rios” (LOUREIRO, 1994, p. 63).

Desse modo, todas as coisas e experiências que circundam o homem amazônico passam por esse imaginário estetizante, que é recriado e transmitido de uma geração à outra. Nesse caso, a cultura amazônica, mais do que ser resultante da interação homem-espaço, é fruto da interação homem-espaço-poética-mito.

O mito para a sociedade amazônica está cumprindo um papel de dimensão histórica, mesmo que idealizada, de épocas de origens. Então, para o autor, a Amazônia contém em si uma cultura de fisionomia própria, marcada por peculiaridades estetizantes significativas, resultantes da fusão das culturas

indígenas, negras, européias, cujo principal componente é o caboclo, “tipo étnico resultante da miscigenação do índio com o branco, europeu ou não e cuja força cultural tem origem na forma de articulação com a natureza” (LOUREIRO, 1994, p. 68).

Outro ponto interessante, é que a própria cultura amazônica, ou o modo de ser amazônico, legitimando as fantasias, que passam a ser aceitas como verdade. É muito difícil convencer um caboclo a ter uma postura racional em relação ao Mapinguari, por exemplo. Ele, independente do que se diga, acredita sim, na existência real do tal ser. Desse modo:

“Na sociedade amazônica, é pelos sentidos atentos à natureza magnífica e exuberante que o envolve que o homem se afirma ao mundo objetivo e é através deles que aprofunda o conhecimento de si mesmo. Essa forma de vivência, por sua vez, desenvolve e ativa sua sensibilidade estética. Os objetos são percebidos na planície de sua forma concreto-sensível, forma de união do indivíduo com a realidade total” (LOUREIRO, 1994, p. 84).

Portanto, fica bem definido que para o homem amazônico, com destaque para o caboclo, enquanto sujeito dominante, que a forma de conceber o mundo e toda a sua significação, passa indispensavelmente pela forma como o homem se relaciona com o universo ao seu redor. No entanto, as últimas décadas do século XX, a partir de 1960, será para esse homem amazônico, o início de uma agonia, de uma crise, a partir do acelerado processo de degradação dos recursos naturais e da inserção da Amazônia no cenário industrial nacional e internacional.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS: O HOMEM AMAZÔNICO E A AGONIA DE SUA CULTURA**

Após o declínio da produção gomífera, e do desastre que foi o projeto do Governo Federal e seu “exército da borracha”, houve, a partir da década de 1960, a intenção em evitar os mesmos erros. Para tanto, o INCRA<sup>7</sup> inicia os processos de ocupação por meio dos Projetos Integrados de Colonização – PIC, Projetos de Assentamentos Dirigidos – PAD, Projetos de Assentamento – PA, e Projetos de

---

<sup>7</sup> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Assentamento Rápido – PAR. Para a região amazônica, cujos Territórios eram considerados “fronteiras agrícolas”, que a princípio significaria um “vazio” para onde os excedentes populacionais do restante do país, sobretudo do centro-oeste e sul, seriam reacomodados (PERDIGÃO; BASSEGIO, 1992). Por meio de financiamentos internacionais deu-se abertura da Rodovia Belém-Brasília e a Transamazônica, nas décadas de 1960-1970, mas que não atraiu tantas famílias migrantes quanto o Governo esperava. Mas foi com a BR364 que se deu a maior entrada de famílias expulsas do centro-sul por questões ligadas ao uso da terra. Contudo, os números das famílias migrantes superaram as estimativas do INCRA e o processo de assentamento, que deveria ter sido organizado, foi conduzido de modo improvisado. Às famílias era dada a terra e essa deveria limpá-la e prepará-la para o cultivo. A opção mais barata e empregada foi comumente a coivara<sup>8</sup>. O desmatamento desorganizado e a inserção do grande capital, na figura dos criadores de gado e soja, transformaram a Amazônia mais uma vez em fornecedora de riquezas para uns e miséria para a grande maioria de seus trabalhadores despossuídos de direitos legalizados e fiscalizados. Cardoso demonstra quão dura era a vida do trabalhador nesse período:

“Depois de 30 ou 40 dias de trabalho, o “peão” volta “à civilização” para 2 ou 3 dias de descanso. Vai para as vilas de “far-west”, no caso, do “norte longínquo” onde, entre bares noturnos, bebidas, mulheres e doenças venéreas, curte a tragédia de existir. Este breve intervalo, seguindo de cura sumária das moléstias mais evidentes, é o interregno entre um e outro ciclo de trabalho na selva, do qual o peão só escapará se voltar à miséria do lugar de origem ou se, com certa audácia e sorte, puder embrenhar-se nalgum desvão da mata como posseiro, até que o INCRA se apiede dele e lhe dê um título legal” (CARDOSO, 1978, p. 187).

Desse modo, a Amazônia foi inserida nos planos de ação do Governo e ao capital estrangeiro. Mas não foi convidada a participar de seu planejamento; “saiu do isolamento não por um movimento centrífugo, mas centrípeto”<sup>9</sup>. E as rápidas transformações a que vem sendo submetida à Amazônia inevitavelmente afetam a vida de sua população, que antes viviam num isolamento quase mágico, com sua realidade-mítica-estetizada; afetam a sua cultura. A partir da década de 1960, fica

---

<sup>8</sup> Técnica de limpeza do solo por meio da queimada da cobertura vegetal.

<sup>9</sup> LOUREIRO, 1994, p. 415.

cada vez mais difícil a harmonia entre as ideias de novo-antigo. Agora um é posto em contraposição ao outro. O novo deve prevalecer sobre o antigo. E isso vai significar um desmantelamento das antigas visões que o homem amazônico possuía em relação ao ser meio.

Agora não mais é possível acreditar em Mapinguari, pois onde ele estava quando acabaram com áreas inteiras de mata virgem? O mundo mítico-explicativo se quebra, como um espelho que não pode mais ser consertado. Nas palavras de Loureiro:

“No passado as políticas visavam preservar a Amazônia da cobiça internacional e garanti-la como patrimônio nacional. A partir dos anos 60 o objetivo é de explorar produtivamente, integrá-la ao contexto regional e eliminar seu caráter “primitivo”. Então o novo procura esmagar e substituir o anterior. As relações entre ambos são agora antagônicas” (LOUREIRO, 1994, p. 417).

O que resta então para essa cultura amazônica é procurar meios de sobrevivência frente à invasão do novo, imposto pelo capital, por meio de violência e fantasiado pela ideia do progresso que traria benefícios a todos, escondendo em si o genocídio humano e cultural.

Por fim, Loureiro chama atenção para a importância da preservação da cultura amazônica, pois:

“A cultura amazônica talvez represente, neste final de século, uma das mais raras permanências dessa atmosfera espiritual em que o estético, resultante de uma singular relação entre o homem e a natureza se reflete e ilumina a cultura. Cultura que continua sendo, como uma luz aurática brilhando e que persistirá enquanto as chamas das queimadas florestas, provocadas pelas novas empresas que se instalam, com a entrada do grande capital na região e a mudança das relações dos homens entre si, não destruírem, irremediavelmente, o lócus que possibilita essa atitude poético-estetizante ainda presente nas vastidões das terras-do-sem-fim a amazônico” (LOUREIRO, 1994, p. 64).

Portanto, o debate da preservação do espaço amazônico, não enquanto fonte de uma indústria sustentável, mas como lugar irradiador de uma cultura única e insubstituível – a cultura cabocla – é necessário, e faz-se urgente. Enquanto ainda há floresta em pé.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CARDOSO, Fernando; MÜLLER, G. **Amazônia: expansão do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

LOUREIRO, Antonio. **A grande crise**. Manaus: Valer, 2008.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura Amazônia: uma poética do imaginário**. Universidade Federal do Pará: CEJUP, 1994.

PERDIGÃO, Francinete; BASSEGIO, Luiz. **Migrantes amazônicos. Rondônia: a trajetória da ilusão**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

SOUSA, Márcio. **História da Amazônia**. Manaus: Valer, 2009.